

Tema: Desenvolvimento Social, Sistema de Equipamentos e Segurança Alimentar: Objetivos Setoriais, Elementos Constituintes, Planos e Ações Prioritárias.

1 Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2022, às 19h10, por meio da plataforma *Microsoft Teams*,
2 a Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
3 (SMUL), conforme convocatória, inicia a Audiência Pública da Etapa 1 da Revisão Intermediária do
4 Plano Diretor Estratégico (PDE) sobre o tema Desenvolvimento Social, Sistema de Equipamentos
5 e Segurança Alimentar: Objetivos Setoriais, Elementos Constituintes, Planos e Ações Prioritárias.
6 A **Sra. Patricia Saran**, Coordenadora do Processo Participativo da Revisão Intermediária do PDE,
7 inicia cumprimentando cordialmente os presentes e fornecendo orientações gerais para a garantia
8 da acessibilidade digital, relacionadas à ativação e controle das ferramentas disponibilizadas pela
9 plataforma utilizada. Em seguida, relembra que o convite para esta audiência foi publicado em 07
10 de julho de 2022 no Diário Oficial da Cidade e em jornal de grande circulação. Informa ainda que
11 após a audiência a ata e as manifestações serão publicadas. Esclarece que as inscrições serão
12 encerradas 05 (cinco) minutos após o término da exposição. Cada munícipe terá 3 (três) minutos
13 para a manifestação ou questões e as respectivas respostas serão fornecidas em bloco. Finaliza as
14 orientações informando que foi disponibilizado no chat da reunião o link para a lista de presença
15 dos participantes. Apresenta a mesa diretora dos trabalhos e passa a palavra ao **Sr. José Armênio**
16 **de Brito Cruz**, Secretário-Adjunto de SMUL, que cumprimenta os presentes e traça uma síntese do
17 conteúdo e objetivos da apresentação a ser transmitida na presente audiência temática. Detalha
18 que o conteúdo versa sobre o diagnóstico dos equipamentos públicos e urbanos a partir de 2014,
19 ano da aprovação do Plano Diretor Estratégico, em relação ao seu Quadro 10, que dispõe das
20 Ações Prioritárias do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais. Esclarece que o quadro
21 contempla diversos segmentos do sistema de equipamentos, como a educação, saúde, esportes,
22 cultura, assistência social, direitos humanos e segurança alimentar. Pontua que já estamos há 8
23 anos sob vigência do PDE e que neste intervalo muita coisa aconteceu, como a pandemia de
24 COVID-19, impactando na demanda de equipamentos de saúde e nos equipamentos de educação,
25 o que traz à tona uma situação diferente de quando o PDE foi aprovado em 2014. Relembra que
26 estamos reunidos para continuar a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico – PDE,
27 retomada na semana anterior com as audiências temáticas e também as oficinas participativas nas
28 subprefeituras. Agradece a presença de todos e da equipe da secretaria e se coloca a disposição
29 para enriquecermos o diagnóstico a fim de melhorar o Plano Diretor Estratégico nesta revisão
30 intermediária. Finalizada a fala, um vídeo é transmitido abordando, em resumo, os seguintes
31 conteúdos: expõe as 10 estratégias do Plano Diretor Estratégico, um panorama geral do
32 macrozoneamento da cidade e explica sobre a Rede de Estruturação Urbana, composta por 4
33 elementos: Macroárea de Estruturação Metropolitana, Rede Estrutural de Transporte Coletivo,
34 Rede Hídrica e Ambiental e Rede de Estruturação Local. Esclarece que esta apresentação foi
35 elaborada a partir dos relatórios de monitoramento da implementação do PDE, do diagnóstico
36 inicial e do diagnóstico da aplicação do PDE, disponíveis na plataforma “Plano Diretor SP”, em
37 formatos acessíveis, e que os dados abertos e os indicadores de monitoramento e avaliação da
38 implementação do Plano Diretor podem ser encontrados na plataforma do monitoramento, no
39 site Gestão Urbana. Aprofundando em Desenvolvimento Social e Sistema de Equipamentos

40 Urbanos e Sociais, explica que o Desenvolvimento Social é o conjunto de direitos que resulta no
41 bem-estar humano e social e que é um tema transversal presente em todas as estratégias,
42 políticas, planos, projetos, programas e ações estratégicas voltadas à consecução dos objetivos do
43 PDE e que é no Título III, capítulo VIII, do PDE, que são estabelecidos os objetivos, diretrizes e
44 ações do Desenvolvimento Social e do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais mais
45 especificamente. São elencados os principais objetivos: proteger integralmente a família e a
46 pessoa; reduzir as desigualdades socioespaciais; dotar áreas habitacionais de equipamentos
47 básicos; ampliar a acessibilidade; garantir a segurança alimentar e o direito social à alimentação;
48 priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos subutilizados para potencializar o uso do
49 espaço público; otimizar o aproveitamento de terrenos com localização e acessibilidade
50 privilegiadas; otimizar a ocupação de equipamentos existentes; integrar equipamentos e políticas
51 setoriais; priorizar as Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Macroáreas de
52 Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental. A seguir é traçado um panorama
53 do monitoramento e das ações prioritárias para cada segmento dos equipamentos urbanos e
54 sociais, a saber: Educação, Saúde, Esportes, Cultura, Assistência Social, Direitos Humanos e
55 Cidadania, e Segurança Alimentar e Nutricional. São apresentados mapas de cada segmento de
56 equipamentos urbanos e sociais, o que está previsto no quadro 10 do PDE e o que foi implantado
57 no intervalo entre 2014 e 2020. A seguir são listados os planos setoriais e intersetoriais previstos
58 no PDE, esclarecendo quais foram elaborados ou não desde a aprovação do PDE de 2014. Os
59 planos elaborados foram o Plano Municipal de Educação, o Plano Municipal de Esportes, o Plano
60 Municipal de Assistência Social (PLAS), o Plano Municipal de Cultura e o Plano Municipal de
61 Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Os planos não elaborados foram o Plano de
62 Gestão das Áreas Públicas e o Plano de Articulação e Integração das Redes de
63 Equipamentos Urbanos e Sociais no Território. Para concluir, são apresentadas as oportunidades
64 de melhorias na rede de equipamentos que o diagnóstico apontou, como a priorização de
65 implantação de equipamentos nas macroáreas de maior vulnerabilidade social e nas proximidades
66 das redes de transporte coletivo, a análise dos impactos de muitos equipamentos na mesma
67 quadra ou terreno, o dimensionamento de regras claras para a instalação de equipamentos nos
68 novos parcelamentos, a elaboração do Plano de Gestão de Áreas Públicas e do Plano de
69 Articulação e Integração das Redes de Equipamentos Urbanos e Sociais no Território, a
70 elaboração de estudos sobre Urbanismo Social e fazer frente às demandas criadas por influência
71 da pandemia da COVID-19. Finalizada a apresentação, a palavra passa a ser transmitida aos
72 inscritos, conforme procedimentos informados no início da reunião. **A Sra. Maria Angélica Correia**
73 **de Oliveira**, Conselheira do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), Conselheira do
74 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP), integrante da Rede
75 Butantã de Entidades e Forças Sociais, questiona a timidez da implantação das ações previstas de
76 assistência social. Pontua que a rede de educação está tímida, mas ainda apresenta avanços. Mas,
77 como Conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP),
78 avalia que a apresentação ainda deixa muito a desejar no que se refere às populações periféricas e

79 que, com a pandemia ainda em curso, é necessário fazer frente às demandas de segurança
80 alimentar e nutricional para esta população, empobrecida pelo desemprego e pela situação de
81 pandemia, defendendo que a alimentação é um item importante de saúde. Questiona o porquê do
82 Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) estar sendo pouco
83 implementado e opina que a gestão, ao longo deste período de pandemia, não se ateuve na
84 implementação do plano, ainda que com o quadro caótico da situação de fome e miséria da
85 população periférica. Também aponta que, para além da população de rua, o diagnóstico não traz a
86 realidade das periferias, e diz que, a exemplo da zona oeste, aponta que esta não é considerada do
87 quadro de vulnerabilidade, citando que só no Butantã existem mais de 100 (cem) núcleos de
88 pobreza. E termina a fala dizendo que gostaria de deixar registrado a indignação de dezenas de
89 lideranças do Butantã em relação ao plano e as ações de segurança alimentar e nutricional do
90 município. O **Sr. Antônio Zagato**, Conselheiro do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU),
91 morador da zona oeste da cidade e integrante do CDHS – Comitê de Defesa do Hospital
92 Sorocabana, cita os equipamentos de saúde previstos no Quadro 10 do PDE, e especificamente o
93 que diz respeito à implantação do Hospital Sorocabana, na Lapa. Aponta que ele foi fechado em
94 2010 e conta da criação, em 2018, do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana, o qual ele
95 participa e está representando. Aponta que em 2016, por meio de decreto estadual, o governo do
96 estado transferiu o prédio para a prefeitura, que implantou parcialmente alguns serviços no térreo
97 e mezanino, mas 5 (cinco) dos 7 (sete) pavimentos continuam fechados. Argumenta que, mesmo
98 com a previsão em 2014 pelo PDE de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) nas suas
99 instalações, da demanda na região ser reconhecida pela prefeitura, da alta demanda de leitos no
100 município e apesar dos milhares de mortes na capital decorrentes da pandemia, o hospital não foi
101 considerado como parte da rede de atendimento. Opina que este contexto versa sobre a falta de
102 interesse político e conclui sobre a falta de perspectiva quanto a sua reabertura. O **Sr. Eduardo**
103 **Della Manna**, Representante do SECOVI e Conselheiro do Conselho Municipal de Política Urbana
104 (CMPU) opina que é redundante o termo *Urbanismo Social*, questionando se o urbanismo não
105 devesse ser sempre social. Defende que a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico dê
106 mais ênfase no desenvolvimento de projetos relacionados às AIU (Áreas de Intervenção Urbana),
107 apontando o artigo 145 do PDE, e às AEL (Áreas de Estruturação Local), apontando os artigos 26 e
108 149 do PDE. E, por fim, argumenta que, na medida em que são desenvolvidos projetos urbanísticos
109 que articulem planos e projetos dos quatro segmentos de políticas públicas – habitação,
110 mobilidade, meio ambiente e desenvolvimento econômico –, aponta-se para o desenvolvimento
111 socioeconômico de territórios da cidade. A **Sra. Raquel Reis Viegas Leal** aponta que as estratégias
112 do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) que estão sendo
113 implementadas são insuficientes. Opina que o *Programa Bom Prato*, do governo do estado, é um
114 bom exemplo, pois dialoga com a sociedade e consegue chegar na população que necessita, apesar
115 do fechamento de algumas unidades. E defende que é necessário que a prefeitura busque
116 mecanismos mais eficientes no sentido de levar uma alimentação de qualidade e nutricionalmente
117 equilibrada para quem precisa, por um preço acessível. A **Sra. Lúcia Martins Campos**, servidora

118 pública e integrante da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais, trouxe que o adensamento no
119 eixo Raposo vem sendo realizado sem a implantação proporcional de equipamentos urbanos e
120 sociais. Em especial, aponta a falta de Unidade Básica de saúde (UBS), relacionando a falta de um
121 plano de articulação conforme relacionado nos artigos 305 e 306 do PDE. Conta que a Rede
122 Butantã de Entidades e Forças Sociais fez um estudo, usando uma portaria do Ministério da Saúde,
123 e levantou que, na região de maior adensamento do Eixo Raposo Tavares, deveriam ter 5 (cinco)
124 UBS sem equipe de saúde da família e 7 (sete) UBS com equipe de saúde da família. Atualmente ela
125 aponta que na região só há 1 (uma) UBS. Cita também que a doença mais recorrente na região,
126 entre todas da saúde mental, é o suicídio, o que ressalta a necessidade de implantação de
127 equipamentos de saúde tais como UBS e serviços de assistência psicossocial. Opina também que
128 os interessados e usufrutuários do adensamento sem um planejamento local, tal como propõe os
129 eixos de estruturação, tem gerado consequências graves e é importante que o setor produtivo
130 tome consciência de sua responsabilidade neste processo. A **Sra. Yully Henrique Fernandes**,
131 moradora do Pari, cita que na região do Pari, perto do Canindé, não tem equipamentos de
132 esportes. Propõe que seja implantado um Clube Escola na frente da UBS do Pari, onde atualmente
133 conta que há uma garagem abandonada da CMTC. E que na mesma área seja implantado um
134 CRESAN (Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável), dado que a
135 região concentra população em vulnerabilidade social, carente de tais equipamentos sociais. Após
136 a fala dos inscritos, é retomada a palavra à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, Coordenadora de
137 Planejamento Urbano - PLANURB, que agradece as contribuições, ressaltando a pertinência das
138 falas, e que elas são importantes para a validação do diagnóstico publicado e as contribuições não
139 contempladas no diagnóstico favorecem um aperfeiçoamento do processo de revisão. Ressalta
140 que achou interessante quando a Sra. Maria Angélica Correia de Oliveira relatou sobre o Butantã
141 ser desconsiderado como zona de vulnerabilidade, uma vez que esta definição veio do PDE, e
142 provavelmente se deu por esta zona não ser majoritária na região. Ressalta que outra forma de
143 serem contempladas as questões levantadas são os Planos de Ação, e que é importante a
144 participação da sociedade quando estes também entrarem em revisão. Em relação à demanda do
145 Sr. Antônio Zagato, aponta que desconhece a situação do equipamento, mas que levará adiante a
146 demanda apontada junto à secretaria competente. Em relação ao apontado pelo Sr. Eduardo Della
147 Manna, aponta que o termo *urbanismo social* é no sentido de que o urbanismo não pode estar só
148 vinculado a construção de edificações, mas voltado a também atender a população. Entende que o
149 Plano de Articulação e Integração das Redes de Equipamentos Urbanos e Sociais também está
150 relacionado ao *urbanismo social*, porém, ainda não foi elaborado, como apontado no Diagnóstico. E
151 concorda com o levantado pela Sra. Lúcia Martins Campos quanto à necessidade de a oferta de
152 equipamentos urbanos e sociais acompanharem o adensamento proposto para os eixos. Retomada
153 a fala à **Sra. Patricia Saran**, esta agradece a presença dos estudantes universitários presentes na
154 audiência que apontaram a presença no *chat* da plataforma e passa a palavra para o **Sr. José**
155 **Armênio de Brito Cruz**. Este aponta que é importante ressaltar as questões decorrentes do
156 período que foi a pandemia. E, conectando ao apontado pela Sra. Maria Angélica Correia de

157 Oliveira, relembra o movimento da secretaria no fornecimento de cestas básicas, os programas
158 municipais de alimentação orgânica e o programa Ligue os Pontos, que aponta que está sendo
159 estudado para ser implantado em outras áreas do município, para além de Parelheiros, onde foi
160 implantado na primeira fase. Quanto ao levantamento do Hospital Sorocabana, ele diz que houve
161 anteriormente um esforço do município para a implantação do hospital, mas não foi concluído
162 devido a área ser do governo do estado. E cita que, à época, houve uma tentativa de permuta de
163 imóvel, mas não foi concluída. Relembra uma ação jurídica dos antigos funcionários da Estrada de
164 Ferro Sorocabana e que a área, por conta disso, estava sob litígio. Ademais, ressalta que foram
165 implantados 7 (sete) novos hospitais neste período, enquanto o Quadro 10 do PDE definia como
166 ação prioritária somente 3 (três) hospitais, lembrando que houve um esforço do município para o
167 aumento no número de leitos na cidade, em especial por conta da pandemia. Em reposta as
168 senhoras Lúcia Martins Campos e Yully Henrique Fernandes, informa que as demandas apontadas
169 são melhor trabalhadas durante os Planos de Ação das Subprefeituras, momento em que se
170 debruça sob um território e se estuda melhor as demandas na escala local. Aponta que o *urbanismo*
171 *social* vai de encontro à articulação dos equipamentos urbanos e sociais, e os Planos de Bairro,
172 como o que vem sendo produzido no Jardim Lapenna, são exemplos de como a demanda local
173 levantada pela população pode ajudar não só nas obras de caminhabilidade, mas neste processo de
174 reforço dos equipamentos a partir de uma gestão conjunta com organizações sociais, saindo um
175 pouco dos limites de gestão pública, de modo a garantir a continuidade no território e o
176 fortalecimento das comunidades. Informa já existirem mais 4 (quatro) planos de bairro sendo
177 desenvolvidos nesta linha e que em cada território é de uma forma e que a perspectiva, até o final
178 da gestão, são, no mínimo, a conclusão de dez Planos de Bairro. Ressalta ser importante os Planos
179 de Bairro atenderem as demandas dos mais vulneráveis, mas que também é importante o
180 atendimento a regiões consolidadas. Retomada a fala à **Sra. Patricia Saran**, esta abre um segundo
181 bloco de contribuições. A **Sra. Maria Angélica Oliveira**, pela segunda vez com a palavra, reforçou a
182 falta de celeridade na implantação das políticas do Plano Municipal de Segurança Alimentar e
183 Nutricional e deu ênfase na carência de equipamentos de assistência social, como os CRAS
184 (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de referência Especializado de
185 Assistência Social). A **Sra. Martha Pimenta**, da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais, aponta
186 que a Subprefeitura do Butantã tem a maior renda per capita do município por conta de bairros
187 como o Morumbi, o Parque dos Príncipes, o City Butantã e outras áreas de alto padrão. Porém,
188 também tem muitas comunidades e opina que é preciso olhar para o Butantã não só como uma
189 região consolidada, mas enxergar estas comunidades e entender suas demandas. Cita que houve o
190 fechamento de equipamentos de assistência social e de atendimento à criança e ao adolescente, a
191 despeito da resistência da população. Quanto ao tema de mobilidade, aponta a falta de integração
192 da rede intermunicipal de transporte para contemplar as pessoas que fazem integração na nova
193 estação de metrô Vila Sônia para se deslocar às outras regiões da cidade. Apontou também a falta
194 de equipamentos de saúde mental na região e o risco de fecharem o Ponto de Economia Solidária e
195 Cultura do Butantã, que ressalta ser um equipamento que congrega economia solidária, saúde

196 mental e segurança alimentar e nutricional. Defende que equipamentos como este deveriam ser
197 multiplicados e não, fechados, como vem sendo ameaçado. A **Sra. Silvia Tommasini**, integrante do
198 Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana (CDHS) e integrante do Conselho Gestor de Saúde da
199 Unidade de Saúde Hospital Municipal Sorocabana, começa apontando que as informações
200 passadas acerca do Hospital Municipal Sorocabana estão desatualizadas, e que já houve avanços
201 quanto à tutela da área. Aponta que a questão mais votada na subprefeitura da Lapa foi a
202 reabertura total do Hospital Sorocabana, 100% público, com gestão direta e com controle social.
203 Cita que, apesar de ter sido municipalizado e estar parcialmente aberto, não conta com dotação de
204 verba municipal para o hospital. E gostaria que sua reabertura total e a previsão de dotação
205 orçamentária fossem contempladas na revisão do Plano Diretor Estratégico. Conta que durante a
206 pandemia foram implantados 30 leitos para atendimento a covid-19 no local, a despeito de
207 informações anteriores de inviabilidade, e deseja que a reforma seja realizada em todos os
208 andares para que o hospital seja aberto integralmente para a população. O **Sr. Thiago Vianna**,
209 morador da Vila Prudente/ Sapopemba, cita o fechamento de dois hospitais estaduais na região e
210 relata como a demanda está sendo direcionada para a AMA Sapopemba e a UPA Mooca, que estão
211 ficando saturadas e não atendem todas as complexidades. Aponta que o distrito São Lucas não
212 tem unidades de saúde de urgência e emergência, que o Hospital Vila Alpina também fechou
213 durante a pandemia e não voltou a abrir e conta que as UBS da região Vila Prudente/ Sapopemba
214 não dispõem de atendimentos de urgência e emergência das 19h às 7h. Além disso, aponta que a
215 Vila Mariana tem adensado bastante, porém falta o acompanhamento da implantação de novos
216 equipamentos de saúde, defendendo que, apesar do baixo índice de vulnerabilidade, a região
217 também demanda equipamentos públicos de saúde, uma vez que o SUS é um direito de todos. O
218 **Sr. Antônio Zagato**, pela segunda vez com a palavra, reforçou a importância do Hospital Municipal
219 Sorocabana para a população, traçou um histórico do título de propriedade da área e apontou o
220 Decreto Estadual nº 61.902, de 01 de abril de 2016, onde a Fazenda do Estado autoriza o uso, a
221 título gratuito e pelo prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de São Paulo, para destiná-lo
222 a suprir a carência de leitos hospitalares naquela região do município, voltados ao atendimento da
223 população SUS-dependente. Conta que na legislação de uso e ocupação do solo, posterior ao PDE,
224 o terreno do Hospital Sorocabana recebeu índices urbanísticos como se fosse uma quadra para
225 investimento imobiliário e alerta para que a prefeitura não reproduza este processo em que deixa
226 de identificar a demanda da população no sentido de propor uma categoria de uso do solo que
227 iniba o interesse imobiliário sobre as áreas destinadas a suprir a carência de equipamentos
228 urbanos e sociais para a população. Defende que falta fortalecer a gestão democrática, opinando
229 que, se o conselho municipal de saúde tivesse maior autonomia sobre o orçamento para identificar
230 e respeitar a demanda da população – e conta que por duas vezes a população da subprefeitura
231 votou pela implantação do Hospital Sorocabana como a maior urgência da região –, talvez o
232 hospital já estivesse aberto. A **Sra. Raquel Reis Viegas Leal**, pela segunda vez com a palavra,
233 aponta que, nestes dois anos de pandemia, houve muitos planos, mas pouca ação por parte da
234 Prefeitura. Defende que a população que está passando fome não vive só de cestas básicas e

235 alimentos não perecíveis, elas também precisam de alimentos frescos e saudáveis como frutas,
236 legumes e verduras. Sugere que a prefeitura se esforce mais no sentido de instalar grandes
237 refeitórios espalhados pela cidade e desenvolva um banco de inscrição de pessoas em situação de
238 insegurança alimentar para conectá-las a associações e ONGs que fornecem alimentos saudáveis,
239 e que este banco seja divulgado amplamente para as pessoas terem a ciência da possibilidade de
240 receber alimentos. Aponta que estas entidades já realizam seu próprio contato com as
241 comunidades, mas que seria importante a prefeitura centralizar este cadastro, para conectá-las
242 inclusive aos excedentes de feiras livres e do CEAGESP, que são descartados. O **Sr. João**
243 **Moreirão**, Conselheiro do Conselho Participativo Municipal Casa Verde/ Limão/ Cachoeirinha e
244 Conselheiro suplente do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), retoma a fala do Sr.
245 Eduardo Della Manna, dizendo que concorda que o termo “urbanismo social” deveria ser
246 entendido como uma redundância, porém, opina que ultimamente tem testemunhado um
247 urbanismo antissocial. Aponta que temos problemas na lei do Plano Diretor Estratégico, porém
248 opina que as alterações pontuais do PDE e da lei de uso e ocupação do solo alteram
249 fundamentalmente os objetivos do Plano Diretor Estratégico, e dá dois exemplos, dizendo que
250 foram alvos de grande debate na câmara: as alterações dos índices de ruído e as *dark kitchens*.
251 Defende que a prefeitura é partícipe destas alterações, uma vez que são projetos de lei de autoria
252 do próprio governo. Por fim, aponta que há omissão, não fiscalização e interpretações diversas nas
253 autorizações e licenças que a prefeitura emite, dizendo que não dá para aprovar construções que
254 incorrem no adensamento construtivo e populacional sem prover equipamentos de educação,
255 saúde, lazer, cultura e etc. Retomando a fala, a **Sra. Patricia Saran** encerra o bloco de contribuições
256 e passa a palavra à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani** que por sua vez agradece aos comentários e
257 contribuições. Para a Sra. Martha Pimenta, esclarece que o Plano Diretor Estratégico, dada sua
258 escala, traz as características predominantes do território e talvez por isso não aponte as
259 comunidades que ela citou do Butantã. Concorda com as falas dos presentes no sentido de que a
260 prefeitura precisa olhar para o território mais de perto, como continuidade do planejamento
261 urbano, uma vez que o Plano Diretor Estratégico vê questões mais amplas e, conforme se avança
262 no processo de planejamento urbano e se aproxima do território, se verifica as necessidades na
263 escala local, suas vulnerabilidades sociais e a demanda de equipamentos urbanos e sociais.
264 Comenta que as questões trazidas já foram contempladas no diagnóstico, por exemplo e ainda em
265 referência à fala da Sra. Martha Pimenta, a demanda da integração de transporte na estação Vila
266 Sônia. Concorda também quanto à urgência na demanda de equipamentos de saúde mental,
267 inclusive pelo agravamento que a pandemia da COVID-19 trouxe. Aponta a questão sobre como
268 podemos vincular as demandas apontadas pelo Plano Diretor Estratégico ao atendimento pela
269 Prefeitura até 2029, dizendo que parte deste caminho é a realização do próprio diagnóstico,
270 entregue em abril de 2022, bem como as contribuições trazidas nestas audiências. Quanto ao
271 Hospital Sorocabana, conta que não sabe se consegue encaminhar esta demanda de forma mais
272 específica no Plano Diretor Estratégico para além do Quadro 10, mas que irá encaminhar para as
273 áreas competentes para que haja alguma providência nesta situação. Quanto ao relatado pelo Sr.

274 Thiago Vianna, lamenta o fechamento dos equipamentos de saúde que ele apontou,
275 principalmente num momento de pandemia, e que é muito importante ser relatado. Quanto à
276 demanda de equipamentos de saúde apontado para a Vila Mariana face ao adensamento,
277 concorda que o ideal seria que a prefeitura pudesse primeiro prover equipamentos, para depois
278 adensar, mas não é assim que tem acontecido, infelizmente. Quanto ao relatado pela Sra. Raquel
279 Reis Viegas Leal, concorda que a alta de preços tem agravado a insegurança alimentar e
280 nutricional, cita o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) e programas
281 que fazem a conexão entre produtores e pessoas em situação de insegurança alimentar e
282 nutricional, mas concorda que estes programas ainda são tímidos e deveriam ser atacados com
283 mais força e de maneira contínua. Fala que será verificado como reforçar isto no Plano Diretor
284 Estratégico que possa ser melhor implementado até 2029 e aponta a necessidade dos municípios
285 formularem propostas neste sentido na próxima fase de participação social da revisão do Plano
286 Diretor Estratégico do município. Passa então a palavra a **Sra. Maria Stella Cardeal de Oliveira**,
287 arquiteta de PLANURB, que reforça a existência de uma série de ações e programas desenvolvidos
288 na área de segurança alimentar e nutricional, principalmente pela Secretaria de Desenvolvimento
289 Econômico e Trabalho - SMDET, como as escolas estufa, o Observatório Gastronômico, incentivos
290 à Agricultura Familiar, projetos de combate ao desperdício de alimentos, o próprio Banco de
291 Alimentos e as feiras orgânicas, mas aponta que a carência é tão grande que estas ações ficam
292 aquém da demanda da população. Cita o programa Ligue os Pontos, iniciado no âmbito da
293 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e agora sob tutela da Secretaria Municipal de
294 Relações Internacionais, que não só levou à geração de renda para os produtores da zona rural do
295 município de São Paulo como à melhoria da produção dos alimentos orgânicos, como também
296 foram incorporados nas refeições das escolas municipais, mas que, em face da crise,
297 principalmente nos últimos dois anos, estas ações ficaram aquém das necessidades do município.
298 Ressalta que as ações da sociedade civil, que também fez uma série de campanhas de distribuição
299 de alimentos e cestas básicas, foram importantíssimas neste período de crise. Aponta que está
300 sendo estudada a elaboração de um novo quadro 10 do PDE, com complementações nestes
301 equipamentos. Quanto aos novos loteamentos, ela aponta que existe legislação para destinação
302 de parte destas áreas para equipamentos institucionais, mas que estas áreas são insuficientes e
303 ressalta o descompasso entre a destinação das áreas, a entrega dos loteamentos e a implantação
304 destes novos equipamentos, e que, por vezes, há inclusive a ocupação destes terrenos para fins
305 diversos à destinação prevista em lei. Retomada a fala à **Sra. Heliana Lombardi Artigiani**, esta
306 comenta a fala do Sr. João Moreirão e diz que é agora, na revisão do Plano Diretor Estratégico, o
307 momento de colocar mecanismos mais fortes de fiscalização dos licenciamentos e que propostas
308 da sociedade civil neste sentido serão muito bem-vindas para melhorar, principalmente, aquilo
309 que se verifica estar em desacordo com os objetivos que o Plano Diretor Estratégico define para a
310 cidade. Finaliza agradecendo aos presentes às contribuições realizadas, finaliza seus comentários.
311 O **Sr. José Armênio de Brito Cruz** expressa que, em seu entendimento, a audiência cumpriu os
312 objetivos de uma análise da contribuição do Plano Diretor Estratégico para a cidade. Entende que

313 apesar do aprofundamento na demanda de um equipamento ou outro, ficou evidente a
314 necessidade da intersetorialidade para a implantação dos equipamentos urbanos e sociais
315 previstos, como no caso da demanda do Hospital Sorocabana, que apresenta dificuldades jurídicas
316 na sua implantação, dificuldades estas que por vezes são comuns a outros equipamentos da
317 cidade. Quanto ao levantado pelo Sr. João Moreirão, conta que o apontado não representa
318 mudanças estruturais da lei de uso e ocupação do solo, mas são mudanças demandadas por novas
319 dinâmicas da cidade, e a regulação urbana ocorre para tentar contemplá-las de alguma forma
320 dentro da nossa regulação de desenvolvimento urbano do município e, assim como os decibéis,
321 passam pela Câmara Municipal, que discute as opiniões levantadas e algum resultado deste
322 processo é gerado. Entende ainda que a polêmica em torno do termo “urbanismo social” não
323 diminui a importância desta ação, que a seu ver é uma das ações estruturantes da Secretaria
324 Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Encerrando sua fala, agradece a presença de todos. Em
325 conclusão, a **Sra. Patrícia Saran** reforça a agenda da 1ª fase do processo de revisão intermediária
326 do Plano Diretor e convida a todos para participarem das demais atividades, incluindo a
327 plataforma eletrônica <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/>. Agradece a presença de todos e
328 encerra os trabalhos às 21h04. A íntegra da audiência pode ser consultada através da plataforma
329 eletrônica <https://planodiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/processo-participativo/>. Os documentos
330 desta audiência pública se encontram registrados no processo SEI 6068.2022/0006480-7.